

ELAINE ALMEIDA DA SILVA



1290000123



TCC/UNICAMP SI38d

**"O DEBATE IDEOLÓGICO ENTRE OS
EDUCADORES LIBERAIS E CATÓLICOS , NO
PERÍODO DE 1930 - 1937, EM CAMPINAS"**

**Campinas, SP
1998**

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

ELAINE ALMEIDA DA SILVA

***“O DEBATE IDEOLÓGICO ENTRE OS EDUCADORES LIBERAIS E
CATÓLICOS, NO PERÍODO DE 1930-1937,
EM CAMPINAS”***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como exigência parcial para o curso de Pedagogia
com habilitação em Administração Escolar da
Faculdade de Educação, UNICAMP, sob a orientação
do Prof. José Claudinei Lombardi.

Campinas,SP

1998



À Deus, Criador de todas as coisas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Armando da Silva e Doralice Almeida da Silva que sempre me apoiaram.

Agradeço também a Elsa Jorge Bellotti, grande amiga e incentivadora.

Não poderia deixar de agradecer o Prof. José Claudinei Lombardi, pessoa que sempre esteve disposto a me ajudar.

Muito obrigado!

"Porque não existe tal coisa como um crescimento econômico que não seja, simultaneamente, o crescimento ou a transformação duma cultura; e o crescimento da consciência social, tal como a mente do poeta, não pode jamais ser planejado".

Eduard P. Thompson

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	05
Sumário.....	07
Introdução.....	08
1 - O Debate Ideológico entre os Educadores Católicos e Liberais.....	14
1.1 - Os educadores Católicos.....	14
1.2 - Os educadores Liberais.....	15
1.3 - A Luta Ideológica.....	18
2 - Colégio Culto à Ciência.....	23
2.1 - Fundação do Colégio.....	23
2.2 - A Chegada das Meninas.....	25
2.3 - Diretor Aníbal de Freitas.....	26
3 - Liceu Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora.....	28
3.1 - Fundação do Liceu.....	28
3.2 - Sistema Salesiano de Ensino.....	29
3.3 - Ensino Religioso x Ensino Leigo.....	31
3.4 - O Liceu Salesiano na Década de 30.....	33
3.5 - Diretores do Liceu.....	36
3.6 - A Chegada das Meninas.....	38
Algumas Conclusões.....	40
Bibliografia.....	44

INTRODUÇÃO

Ao estudar as disciplinas de História da Educação que fazem parte do Núcleo Comum do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, percebi que algumas questões relacionadas à disciplina me intrigavam.

Estes questionamentos (nesse momento ainda não muito claros), partiam do fato de que sempre líamos autores que trabalhavam os diferentes aspectos da História da Educação Brasileira em termos muito amplos, ou seja, através das macro-realidades. Essa forma de tratar as questões me parecia muito importante, pois permitia a nós construirmos uma visão do todo. No entanto, sempre me ficava a dúvida: Como estas questões se deram concretamente, com os seus avanços, limites, contradições? Qual era a percepção dos sujeitos envolvidos? Tinham clareza dos acontecimentos e das suas ações, ou eram somente os grandes pensadores da época que possuíam uma maior consciência?

Estes questionamentos começaram a tomar proporções um pouco maiores quando me integrei ao Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil", pois percebi a existência de discussões sobre questões próximas as que levantei acima.

Já fazendo parte do grupo, comecei a trabalhar no projeto "Levantamento e Catalogação de Fontes Primárias e Secundárias da História da Educação Brasileira Existentes na Região de Campinas". Este projeto é tido como um tipo de pesquisa intermediária e instrumental, um ponto de partida para o processo de investigação propriamente dito. No entanto, ele é extremamente rico, na medida que possibilita o acesso do bolsista ao conhecimento produzido na área de História da Educação e às discussões metodológicas que permeiam essa produção.

O fato de estar trabalhando preferencialmente com documentos oriundos da região de Campinas fortaleceu uma antiga idéia de investigar a Educação nesta cidade.

Ao refletir sobre o que já havia estudado em História da Educação, foi possível perceber que a década de 30 foi extremamente importante, como afirma Xavier (1990:37),

"a década de 30 foi decisiva para o avanço das relações capitalistas na área de produção nacional. Do ponto de vista econômico, o Brasil sofreu as conseqüências da crise internacional de 1929, manifestação inequívoca da fase crítica por que passava a economia capitalista mundial, que exigia a sua rearticulação. O afrouxamento dos laços de submissão que atavam a economia nacional aos centros hegemônicos do capitalismo internacional, resultado da grande recessão e da eclosão da Segunda Grande Guerra, favoreceu a expansão do processo de 'substituição de importações', que marcará a feição típica da industrialização brasileira. Politicamente, representou o momento de uma profunda redefinição do papel e da ação do Estado Brasileiro, no processo de rearticulação dos grupos no poder efetuado pela Revolução de 30, manifestação inequívoca do avanço da economia nacional".

Em relação à educação, foi criado em 1930 o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública e o Conselho Nacional de Educação. Em 1931 foi decretada a Reforma Francisco Campos, que foi efetivada através de uma série de decretos sobre o ensino superior, médio, secundário e profissional.

Esta organização do ensino, que culminou com a Constituição de 1934, fez com que o debate ideológico que estava sendo travado entre os educadores liberais e os educadores católicos, desde o início da década de Vinte, tomasse proporções muito maiores, a ponto de serem traduzidas sob a forma de propostas com vistas à sua consagração na constituição que se articulava.

Essa luta não se revestia apenas de um caráter religioso, mas era movida também por interesses políticos, econômicos e culturais. Os escolanovistas defendiam a escola pública, gratuita e leiga, sendo que ao indivíduo caberia fazer a opção sobre a religião. Para os educadores católicos,

“o perigo representado pela escola pública e gratuita consistia não apenas no risco do esvaziamento das escolas privadas, mas consistia sobretudo no risco de extensão da educação escolarizada a todas as camadas com evidente ameaças para os privilégios até então assegurados à elite. Insurgindo-se contra as reivindicações do movimento renovador, a Igreja Católica tomou o partido da velha ordem e, com isso, da educação tradicional”. (ROMANELLI, 1990: 144).

É importante ressaltar que os conflitos acima foram noticiados pela imprensa, como afirma Romanelli (1990:144) *“esses debates se fizeram públicos através de jornais e publicações várias”.*

Como já foi colocado no início, estudamos esse período na disciplina História da Educação, porém os autores não deixaram claro se os “conflitos de idéias” estavam ocorrendo apenas em nível dos grandes centros e grandes movimentos (Conferência Nacional de Educação, Associação Brasileira de Educação, Liga Eleitoral Católica, etc.) ou era um movimento que estava alcançando notoriedade entre os educadores de todo o país.

Considerando a possibilidade de encontrar resposta a esse questionamento, comecei a investigar a história da educação de Campinas no período de 1930-1937, tentando resgatar a sua história e verificar se houve e como se expressou o conflito entre os educadores Católicos e os educadores Liberais nessa cidade.

Como já afirmei, o período acima delimitado, foi delimitado porque nele o conflito ideológico se torna muito mais forte por causa da Constituição que se avizinha e entra em declínio após a implantação do Estado Novo.

Algumas questões que estão relacionadas com a proposição acima, foram feitas mais na direção de se verificar como se deu o conflito. São elas:

Em que medida a Pedagogia Nova estava conquistando algum espaço nas escolas de Campinas?

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova preconizava mudança dos métodos educacionais, fundamentando sua posição na psicologia. Como ocorreu essa mudança de métodos? É possível saber se nas escolas de Campinas essa mudança de métodos chegou a ocorrer?

Qual o enfoque do ensino normal?

O Estado, nesse momento, desempenhava o papel de conciliar os interesses dos Educadores Católicos e dos Educadores Escolanovistas. Como as escolas públicas de Campinas, como Aparelhos Ideológicos do Estado (como entende Althusser), reelaboraram essa posição contraditória do Estado? Existe a possibilidade de se verificar esse discurso?

Como o discurso do Estado foi reelaborado pelas escolas católicas?

A imprensa campineira noticiou este conflito ideológico? Houve uma tomada de posição da imprensa em relação ao conflito?

Definidas as principais questões e problemas de pesquisa, ficou estabelecido no projeto que o trabalho de investigação seria realizado na Escola Carlos Gomes, que na época era conhecida como Escola Normal. Para fazer o contraponto com a educação laica, foi escolhida uma escola confessional, o Liceu Nossa Senhora Auxiliadora, que foi fundado em 25/07/1897 e era mantido pelos Padres Salesianos. Além da pesquisa aos acervos dessas duas escolas, decidiu-se também pelo desenvolvimento da pesquisa na imprensa campineira da época.

No momento em que fui a "campo", deparei-me com o fato da Biblioteca da E.E.S.G. "Carlos Gomes" estar desativada. Cheguei à conclusão, então, de que seria melhor desenvolver o trabalho na E.E.S.G. "Culto à Ciência"

A mudança de escola não alterou significativamente o projeto, já que a história desta escola está intimamente ligada aos ideais liberais e laicos, uma das bandeiras de luta dos educadores escolanovistas, pois eles entendiam que numa sociedade heterogênea, o ensino deveria ser leigo, sendo que ao indivíduo caberia fazer a opção sobre religião.

Assim, os objetivos do projeto ficaram da seguinte forma:

Objetivo Geral:

- É objetivo deste projeto estudar como se desenvolveu o conflito ideológico entre os Educadores Liberais e os Educadores Católicos, no período de 1930-1937, na cidade de Campinas.

Objetivos Específicos:

- Investigar os acervos da E.E.S.G. "Culto à Ciência", para verificar em que medida a sua prática pedagógica estava em consonância com os ideais liberais pedagógicos defendidos pelos educadores escolanovistas.
- Estudar os acervos da escola confessional Liceu Nossa Senhora Auxiliadora, para identificar os seus procedimentos pedagógicos, ou seja, se estavam inteiramente voltados para uma Pedagogia Tradicional, ou se, de alguma forma, expressavam alguns aspectos do escolanovismo.
- Investigar os acervos da imprensa campineira da época, para verificar como o debate ideológico entre os católicos e os liberais se expressou através dela.

A pesquisa foi desenvolvida através da leitura de uma extensa bibliografia de História da Educação e nas duas escolas já citadas, através de documentos primários nelas encontrados.

O trabalho ficou da seguinte forma estruturado: No primeiro capítulo **"Debate ideológico entre os educadores católicos e liberais"** é discutido este debate a nível nacional. No segundo capítulo **"Colégio Culto à Ciência"**, é trabalhado a história do colégio, tentando encontrar nela os indícios da luta ideológica. No terceiro capítulo **"Liceu Salesiano"** é discutida a história desta instituição.

É importante ressaltar que quando se fala em história dos colégios, não significa que é a história da fundação até os dias atuais, mas da fundação até o período que o projeto trata, que é 1930 - 1937.

O DEBATE IDEOLÓGICO ENTRE OS EDUCADORES CATÓLICOS E LIBERAIS

Segundo Ribeiro (1989: 99) a fase de 1930 -1937 ficou conhecida como o *"período do conflito de idéias"* entre os Educadores Católicos e os Educadores Liberais.

É importante ressaltar que nesta afirmação encontram-se algumas questões que necessitam de um maior esclarecimento, ou seja: Quem eram os Educadores Católicos? Quem eram os Educadores Liberais? Por que se conflitavam? Qual a origem desse conflito ideológico?

É isto que será discutido nesta parte.

1.1 - Educadores Católicos

Os *Educadores Católicos* são identificados na literatura de História da Educação como líderes intelectuais católicos e membros da hierarquia católica.

Para estes educadores, o papel da educação é fazer com que o ser humano adquira a consciência da sua

"destinação espiritual, através do uso ordenado das faculdades no domínio das paixões, na formação dos espíritos através de hábitos salutareis e de preparação do espírito para o mundo da graça sob o influxo regulador da lei eterna, tornando o homem apto a viver na sociedade", sendo que o fim último é a "elevação espiritual da personalidade para uma união com Deus". (CURY, 1984: 55)

Nesse sentido, apesar da criança ser vista como o centro do processo educacional, ela não era o ideal da escola. Quanto ao método, ele era apenas o instrumento através do qual se poderia ativar os conteúdos.

É importante colocar que os educadores católicos, ao se confrontarem com os liberais, são tidos como tradicionais, principalmente porque se *"posicionavam claramente a favor do ensino acadêmico, classista e sobretudo classista"*. (CURY, 1984:19)

É importante salientar, que os educadores católicos, buscavam defender seus interesses, uma vez que com a Proclamação da República em 1889, o Estado que até então era católico se declarou leigo. A igreja, por sua vez, ao aceitar a República, não aceitou o fato de ela ter sido proclamada com base em uma posição laicista.

A nova Constituição, promulgada em 1891 (que ficou em vigor até 1934), em relação à educação estabelecia que o ensino ministrado em estabelecimentos públicos deveria ser leigo. Essa posição do Estado em retirar o ensino religioso das escolas públicas, agastou a Igreja Católica que praticamente detinha o monopólio do ensino médio. Portanto, essa situação pode ser considerada como o embrião da luta ideológica que estaria por vir.

1.2 - Educadores Liberais

Os *Educadores Liberais* são, por sua vez, identificados como profissionais ligados ao movimento escolanovista ou renovador, isto porque, existe uma forte relação entre liberalismo e escolanovismo. Segundo Jorge Nagle:

“ao estabelecer a doutrina do não-constrangimento nas diversas esferas da vida social, política, econômica e cultural - a doutrina liberal firmou, ao mesmo tempo, o princípio básico da liberdade. Dessa forma, não surpreende observar que o enraizamento da Escola Nova se tenha processado pouco depois do triunfo das idéias liberais; na verdade, o escolanovismo representou, ortodoxamente o liberalismo no setor da escolarização”. (NAGLE, 1974:242)

Nagle (1974) afirma que a penetração das idéias da Escola Nova no Brasil ocorreu em duas grandes fases. A primeira, considerada como fase preparatória, vai do final do Império até o final da segunda década do século XX. É importante salientar que enquanto no cenário internacional, o desenvolvimento da história da Escola Nova já tinha passado por quatro etapas¹, no Brasil não havia sido atingida nem a primeira.

A segunda fase do escolanovismo no Brasil, que é de difusão e realizações, ocorreu na década de vinte. É importante ressaltar que no Brasil, a exemplo do que aconteceu internacionalmente, houve uma sincronia entre a propagação de idéias e as mudanças institucionais. Isso pode ser observado através da literatura educacional que vai surgindo na década de vinte e as reformas estaduais de ensino .

¹ Segundo NAGLE, a primeira etapa foi de 1889 a 1900, quando foram criadas as primeiras escolas novas. A segunda, de 1900 a 1907, quando foi formulado o “novo ideário educacional por meio de diversas correntes teórico-práticas, quando se destaca a atuação de Dewey, considerado o ‘pai do movimento ativista na ordem teórica’. De 1907 a 1918 - a terceira fase - ocorrem a criação e publicação dos primeiros métodos ativos, ao mesmo tempo que é um período de maturidade das realizações. Finalmente, a fase que vai de 1918 em diante, é de difusão, consolidação e oficialização das idéias e dos princípios, dos métodos e das técnicas do escolanovismo”. (p. 240)

O movimento renovador representou uma profunda mudança no entendimento do processo de aprendizagem. Isto implicou em uma rejeição a determinados fundamentos psico-pedagógicos da escola tradicional. Nesse contexto de mudanças, muitas disciplinas que faziam parte do currículo de uma escola tradicional, também fazia parte do de uma escola nova, todavia, com um novo significado, decorrente de uma nova concepção de escola e de infância.

Saviani (1986), resume assim a pedagogia nova em contraposição à pedagogia tradicional:

“compreende-se, então, que essa maneira de entender a educação, por referência à pedagogia tradicional tenha deslocado o eixo da questão pedagógica do intelecto para o sentimento; do aspecto lógico para o psicológico; dos conteúdos cognitivos para os métodos ou processos pedagógicos; do professor para o aluno; do esforço para o interesse; da disciplina para a espontaneidade; do diretivismo para o não diretivismo; da quantidade para a qualidade; de uma pedagogia de inspiração filosófica centrada na ciência da lógica para uma pedagogia de inspiração experimental baseada principalmente nas contribuições da biologia e da psicologia. Em suma, trata-se de uma teoria pedagógica que considera que o importante não é aprender, mas aprender a aprender”. (p.13)

Um marco profundo desse movimento foi a criação, em 1924, da Associação Brasileira de Educação (ABE), no Rio de Janeiro, que tinha como objetivo sensibilizar através de reivindicações

“o poder público e a classe dos educadores para os problemas mais cruciantes da educação nacional e a necessidade urgente de se tomarem medidas concretas para equacionar e resolver esses problemas”. (ROMANELLI, 1990:129).

Dessa forma, a ABE tornou-se o órgão representativo e o centro divulgador do movimento renovador.

É importante ressaltar que apesar dos educadores liberais estarem se organizando para defender suas idéias o próprio movimento era confuso, ou seja, não tinha uma estabilidade doutrinária, conforme pode ser observado nas palavras de Fernando de Azevedo, um de seus líderes:

"nesse período crítico, profundamente conturbado, mas renovador e fecundo, que sucedera a longo período orgânico, de domínio da tradição e de idéias estabelecidas, a vida educacional e cultural do país caracterizou-se pela fragmentação do pensamento pedagógico, a princípio, numa dualidade de correntes e, depois, numa pluralidade e confusão de doutrinas, que mal se encobriam sob a denominação genérica de 'Educação Nova' ou de 'Escola Nova', suscetível de acepções muito diversas".
(ROMANELLI, 1990:130)

As reformas estaduais de ensino expressavam bem essa confusão, ao mesmo tempo que tinham uma duração efêmera. Todavia, o maior problema era o fato de serem reformas que não faziam parte de uma política nacional de educação, mas reformas regionais e por isso mesmo, parciais. Apesar disso, elas tem o mérito de terem tornado público o fato de que uma parcela dos problemas sociais estavam relacionados com a educação.

1.3 - A Luta Ideológica

Os educadores liberais, além de defenderem a laicidade do ensino, reivindicavam também a institucionalização da escola pública gratuita e a sua expansão, assim como a co-educação.

Nesse período, as classes médias em ascensão estavam reivindicando o ensino médio e as classes populares o ensino primário. Indo de encontro a essas reivindicações, os educadores liberais defendiam que havia chegado o momento do Estado assumir o controle da educação. Conseqüentemente, esta deveria ser gratuita e obrigatória, dadas as necessidades da nova ordem econômica em implantação.

Esta campanha em torno da escola pública foi crescendo, pois buscava à concretização de um dos mais importantes princípios do movimento renovador que era o do *direito de todos à educação*, e esse direito, numa sociedade de classes, só poderia ser garantido se fosse assegurado às camadas mais desfavorecidas

“o mínimo de educação compatível com o nível do desenvolvimento então alcançado. Daí a razão pela qual o ensino, sem se tornar monopólio do Estado, deveria ser também público e gratuito”. (ROMANELLI, 1990:144)

Em relação à laicidade, os educadores liberais entendiam que numa sociedade heterogênea, o ensino deveria ser leigo, sendo que ao indivíduo caberia fazer a opção sobre a religião. Além disso, essa posição evitava a possibilidade de transformar a escola em instituição de doutrinação religiosa.

Quanto à co-educação, os renovadores entendiam que o ensino deveria ser para todos. Sendo assim, as mulheres também deveriam ter as mesmas oportunidades educativas que os homens.

Já os educadores católicos entendiam que a campanha em torno da escola pública, universal e gratuita, resultaria no monopólio do ensino pelo Estado. Eles não conseguiram entender que o Estado não tinha nem condições, nem intenção, de implantar o monopólio. Em relação à laicidade, os educadores católicos entendiam que a escola leiga era

“o veículo pedagógico que difundia princípios que renegavam a tradição cristã para modelar a juventude dentro de postulados revolucionários e socialistas, acobertados pelo ‘philosophismo’ da democracia liberal.” (CURY, 1984:154)

Quanto à co-educação os católicos eram intransigentes. Para eles, o fato de os alunos de ambos os sexos estudarem juntos poderia resultar em ambiente propício à imoralidade, ou seja, confundiam uma questão literalmente pedagógica com uma questão de ordem moral, fundamentada em princípios e hábitos de educação religiosa.

Desta forma, é possível perceber que essa luta não se revestia apenas do caráter religioso, mas era movida também por interesses políticos, econômicos e culturais. Para os educadores católicos,

“o perigo representado pela escola pública e gratuita consistia não apenas no risco do esvaziamento das escolas privadas, mas consistia sobretudo no risco de extensão da educação escolarizada a todas as camadas com evidente ameaças para os privilégios até então assegurados à elite. Insurgindo-se contra as reivindicações do movimento renovador, a igreja católica tomou o partido da velha ordem e, com isso, da educação tradicional”.(ROMANELLI,1990: 144)

Como é possível perceber, os debates pedagógicos e os conflitos ideológicos antecedem a Revolução de Trinta. No entanto, como propõe Cury (1984:11), eles somente

“adquirem contornos nítidos de propostas quando se aproxima a oportunidade de, através da elaboração da Constituição de 1934, os diversos grupos envolvidos nestes debates concretizarem constitucionalmente a consagração de seus princípios”.

É importante considerar que as lutas se desenrolavam durante as Conferências Nacionais de Educação, que eram promovidas pela ABE. Foi durante a IV Conferência, realizada em dezembro de 1931, que os renovadores sentiram necessidade de precisar com maior clareza os parâmetros do Movimento, que até então eram extremamente confusos. Foi dessa forma que surgiu o "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova", publicado em 1932. Este manifesto representou o auge da luta ideológica, pois além de definir a ideologia dos reformadores aprofundou os debates e a polêmica que continuou durante a V Conferência Nacional de Educação. Esta ocorreu no mesmo ano e durante os anos seguintes, sobretudo por ocasião da elaboração dos projetos das constituições de 1934 e 1937.

É importante lembrar que esses debates se fizeram públicos através da imprensa e somente entraram em declínio após a implantação do Estado Novo.

Neste contexto de luta ideológica, é necessário ressaltar a **posição do Estado**, mesmo porque estas lutas tiveram conseqüências práticas na elaboração das Constituições de 1934 e 1937.

Deve-se ressaltar que a Segunda República, ao ser sustentada por uma coligação heterogênea da classe dominante, só poderia ter apresentado uma visão heterogênea. Nesse sentido,

"pelo apoio que dá à ordem democrática, ao espírito científico e às novas conquistas pedagógicas nos processos de ensino, na visão de mundo, na visão que tem de si como poder da União, o governo se identifica mais com as propostas dos reformadores. Entretanto, jamais negou seu apoio às propostas dos católicos, pois tratava-se de tê-los como amigos, já que eram portadores de 'forças morais' indispensáveis na tarefa de Reconstrução Nacional". (CURY, 1984:111)

O Estado representou o papel de mediador dos interesses dos renovadores e católicos, sobretudo porque a Constituição de 34, apesar de na sua quase totalidade representar uma vitória do movimento renovador,² instituiu o ensino religioso facultativo, favorecendo os interesses dos educadores católicos.

Essa posição mediadora do Estado não foi percebida pelos grupos antagônicos como perigosa. No entanto, como afirma Cury (1884:124), esta discussão interessava ao Estado, pois não colocava em evidência a identidade da sua política, que nesse momento já se alimentava de uma ideologia autoritária, que se tornava mais clara à medida que se aproximava 1937.

Para ROMANELLI (1990), a

“luta dos renovadores não foi tão inglória. Apenas foi de pouca duração já que, três anos após, era promulgada outra Constituição com o golpe de Estado que instalou o Estado Novo. Esta última Constituição não teve a amplitude da outra, quanto à educação, antes tratou-a muito restritivamente”. (p.152)

² Vários artigos do Capítulo II - Da Educação e da Cultura - tiveram uma grande influência do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”.

2 - COLÉGIO CULTO À CIÊNCIA

2.1 - Fundação do Colégio

O Colégio "Culto à Ciência" foi fundado em 1874. Ele foi idealizado pelo fazendeiro Antônio Pompêo de Camargo, que organizou uma sociedade benemerita denominada "Culto à Ciência", para tratar da criação e manutenção do colégio.

Segundo MORAES (1985), todos o envolvidos com o colégio, inclusive o seu corpo docente, eram membros da Maçonaria, sendo que ser maçom era ser republicano convicto.

É importante salientar que o colégio "Culto à Ciência" era uma instituição particular, sem fins lucrativos e inteiramente leiga³, ou seja,

"não aceitavam a intromissão de assuntos religiosos em questões de ensino, o qual deveria ser ministrado conforme os Estatutos, sob o ponto de vista leigo, positivo e científico". (MORAES,1985:124)

O colégio por ter sido criado por maçons, defendia o pensamento maçônico, que professavam a

"ideologia liberal impregnada por uma heterodoxia cientificista (o darwinismo, o spencerismo, o materialismo), onde se misturam enxertos de uma visão positiva do mundo". (MORAES,1985:123).

Para COSTA e OLIVEIRA, o

³ Primeira escola no Império a ter tal posição.

“Culto à Ciência não foi uma escola a mais que surgiu em Campinas para preencher a lacuna da falta de um estabelecimento de ensino, mas foi fundado para concretizar o ideal de um grupo de indivíduos que não admitia a influência religiosa no ensino e que, imbuído pelo positivismo de August Comte, via no ensino particular a solução para o problema educacional”. (AFFONSO PINTO, 1986:15)

Já MORAES , aprofunda mais a sua análise ao afirmar que o

“Colégio Culto à Ciência, surge principalmente, para reforçar a posição liberal expressa na defesa da liberdade de ação dos particulares, como parte de um projeto político mais amplo de reformulação na ordem vigente e construção de um Estado, onde o referido grupo alcançasse suas aspirações de mando”. (p.125)

No ano de 1882, o colégio fechou as suas portas e dissolveu-se a sociedade “Culto à Ciência”, alegando-se dificuldades econômicas.

Em 1896, o colégio voltou a funcionar como Ginásio Estadual, portanto público.

Segundo MORAES (1985),

“uma hipótese a considerar é a de que uma vez ocorrida a identificação entre o Aparelho do Estado e essa classe dirigente realizadora do Colégio ‘Culto à Ciência’ nada mais lógico do que passá-lo às mãos diretas do Estado”. (p.132)

Ao se tornar ginásio Oficial, o

“Culto à Ciência não perdeu sua fama. Ao contrário, continuou sendo uma escola de elites , sendo que “grande parte dos políticos, profissionais liberais e ocupantes de cargos importantes, fossem egressos do Ginásio de Campinas”. (SOUZA, 1991:127)

Estudavam no Ginásio jovens moradores de Campinas e das cidades vizinhas. A concorrência aos exames de admissão ao Ginásio eram enormes, sendo que havia muitas escolas particulares que preparavam para o mesmo.

"Os cronistas da escola, exaltavam a qualidade do ensino, o rigor e disciplina mantidos pelo corpo docente altamente qualificado - eram selecionados por bancas examinadoras em Concurso Público. Muitos deles se projetaram na vida pública da cidade e do Estado". (SOUZA,1991:127)

2.2 - A chegada das meninas

Um fato de extrema importância aconteceu no dia 15 de abril de 1909: matricularam-se as primeiras meninas⁴ no 1º ano do Curso Ginásial do Culto à Ciência.

Segundo Carlos F. de Paula (1946), esta classe contou com 66 alunos.

É importante destacar que as meninas não se matricularam apenas no 1º ano ginásial, pois consta do Livro de Matrículas do 3º e 4º anos que no dia 17 de abril do mesmo ano, foram efetuadas as matrículas de Mariana Maia e Valentina Lapa Centrado, ambas moradoras da cidade de Campinas.

No Livro de Matrículas do 5º e 6º anos ginásial, também consta as matrículas de Cenira Lima Barreto e Antonietta de Lima Barreto, da cidade de Mococa, e Maria Isabel do Amaral Martino, de Campinas.

⁴ As primeiras meninas foram: "Dulce pinheiro, Odete Pinheiro, Sebastiana Pereira Adorno, Rosentina Faria de Aguiar, Margarida Pereira, Julieta Pupo Nogueira, Maria Noemie Décourt, Noêmia dos Santos Teixeira, Delmira dos Santos Andrade, Zuleika Cerqueira e Ester Cerqueira". (PAULA, 1946:54)

Todavia, não há explicação do motivo que levou a direção do Culto à Ciência a aceitar a matrícula de meninas no ano de 1909.

2.3 - Diretor Anibal de Freitas

O Prof. Anibal de Freitas⁵, lente da cadeira de física e química, foi nomeado para exercer o cargo de diretor interino do Colégio Culto à Ciência no dia 05 de maio de 1928, por ato do Governo.

Segundo PAULA (1946), Aníbal de Freitas, apesar de ser diretor interino, não poupou esforços no sentido de melhorar as condições tanto materiais como pedagógicas do estabelecimento. Além disso,

“não tinha meças de sacrifício para conservar o bom nome do tradicional ‘Culto à Ciência’, pautando todos os seus atos pelo espírito de justiça, assegurando a ordem e a disciplina, fazendo assim jus à estima de professores , funcionários administrativos e alunos”. (p.62)

⁵ Este diretor nos interessa muito, pois ele esteve à frente do Colégio todo o período que estuda este trabalho.

O diretor efetivo Amadeu Mendes reassumiu o cargo no período de 25 de janeiro de 1931 a 06 de fevereiro seguinte⁶. O Prof. Aníbal de Freitas reassumiu como diretor interino em 14 de fevereiro, sendo efetivado no cargo por Decreto de 21 de agosto de 1931.

Aníbal de Freitas ainda era o diretor do Colégio quando Carlos F. de Paula escreveu o livro "Culto à Ciência, Colégio e Ginásio e Colégio Estadual, em 1946.

⁶ Estava aguardando a aposentadoria.

3 - "LICEU SALESIANO NOSSA SENHORA AUXILIADORA"

3.1 - Fundação do Liceu

A fundação do Liceu está intimamente ligada à história de Campinas.

No ano de 1889 houve uma epidemia de febre amarela que abalou a cidade. Assim descreve NEGRÃO (1997:20) a situação da cidade:

"Campinas deserta, cidade fantasma, serviços públicos e privados parados, várias farmácias mantinham-se fechadas, bem como escolas, açougues, hotéis, lojas e Forum. Uma carrocinha da municipalidade recolhia os cadáveres depositados nas calçadas e os levava a valas comuns, no cemitério. Roupas, colchões, lençóis, objetos pessoais eram incinerados".

Foi durante esta epidemia que Dona Maria Umbelina Alves Couto, campineira e católica iniciou uma campanha para fundar uma casa de caridade aos órfão da febre amarela, que lhes ofereceria agasalho, conforto e educação.

Lutando contra a mesma situação estava o jovem Cônego João Baptista Corrêa Nery, que uniu-se a dona Maria Umbelina para realizar o projeto da casa para órfão, muito dos quais ele acolhera em sua própria casa. (1997:20)

No dia 9 de outubro de 1892 foi lançada a pedra fundamental do edifício, com a denominação LYCEU DE ARTES E OFFICIOS.

É importante colocar que a população da cidade participou ativamente da construção do Liceu com doações e contribuições, e no dia 25 de julho de 1897, inaugurou-se uma parte do colégio.

“Em razão da falta de empenho republicano pela educação popular, o Liceu surgiu com o objetivo específico de acolher e profissionalizar os órfãos abandonados. Além disso, desde a sua fundação, foi também um colégio, ofertando educação salesiana aos filhos da sociedade campineira e regiões circunvizinhas”. (NEGRÃO, 1997:18)

Souza, ao fazer uma análise do posicionamento do Liceu, coloca que

“ a ação da Igreja se desenvolvia em duas direções: escolas para a formação da classe média e elites e escolas beneficentes para crianças pobres. O Liceu Nossa Senhora Auxiliadora representa um marco destas duas orientações da igreja em Campinas no campo educacional”. (SOUZA, 1991:139)

O Liceu, que fora concebido inicialmente como asilo de órfão, após a epidemia de febre amarela se transformou

“ num dos mais completos estabelecimentos de ensino particular. Do asilo de órfãos e do Liceu de Artes e Ofícios, nada mais restara. O Liceu nas primeiras décadas deste século se transformara num dos mais completos estabelecimentos de ensino particular confessional de Campinas ”.(Souza, 1991: 140)

3.2 - Sistema Salesiano de Ensino

O Liceu por ser uma instituição Salesiana, tem seu sistema de ensino fundamentado na obra de Dom Bosco⁷, estruturada por ele no século XIX.

⁷ Segundo Negrão (1997), este sistema de ensino é usado ainda hoje nas casas salesianas numa leitura atualizada.

O Sistema Preventivo de Dom Bosco, segundo NEGRÃO (1997), não foi fruto de uma teoria e sim de uma práxis.

Ele, como um homem piedoso, seguiu os ensinamentos de sua mãe e fundamentou-se na *Bondade* (amorevolezza), na *Razão* e na *Religião*. Era contrário ao

“sistema repressivo, que domesticava mediante castigos e coerções, mas não educava”. (NEGRÃO, 1997:38)

A *Bondade* é considerada a palavra chave do sistema de ensino de Dom Bosco. Dizia ele:

“Lembrem-se de que a educação é assunto do coração e o coração é uma fortaleza sempre fechada ao rigor e à aspereza. Procuremos a maneira de nos fazer amar, de ensinar o sentido do dever e do santo temor de Deus, veremos com que facilidade se abrem as portas de tantos corações. Não basta que os jovens sejam amados, mas é preciso que sintam que são amados”. (idem, ibidem)

A *Razão* ajuda a discernir o que liberta, a não se deixar manipular, a ser sujeito de sua história.

A *Religião* é fundamental para esse sistema de ensino, já que permite ao jovem cultivar as virtudes evangélicas.

“Dom Bosco estava convencido de que seria impossível aplicar o sistema preventivo de educação se não houvesse uma vivência de fé - esperança - caridade”.
(NEGRÃO, 1997:39)

Era dado ênfase também às atividades física, artística e de recreação.

3.3 - Ensino Religioso x Ensino Leigo

Os salesianos vieram para a América do Sul, “evangelizar povos infiéis”, em 1875.

No ano seguinte, chegou a Montevideu um grupo de onze salesianos. Integrando o grupo estava o padre Luiz Lasagna, doutor em letras latinas e gregas e que se tornou o diretor do novo colégio salesiano Pio IX.

Este padre nos interessa muito, pois ele no seu discurso de posse

“declarou ter uma linha de ação educativa bem definida - contrapor o ensino religioso ao ensino leigo, mostrando que a fé não impedia o progresso cultural e humano:

‘a instrução que não se fundamente sobre os ditames imutáveis e sacrossantos da justiça e da religião; ou, mais claramente, a instrução sem educação civil e religiosa, seria mais do que um erro: um funestíssimo crime. E deste crime contra a família e a sociedade nós não seremos cúmplices jamais’.

Padre Lasagna, homem de ânimo forte, jamais se deixou intimidar no Uruguai pelos ataques dos maçons e dos partidários do laicismo. (NEGRÃO, 1997:41)

Em 1882, o padre Lasagna foi designado por Dom Bosco para fazer intermediações no Rio de Janeiro. Visitou várias Províncias e chegou a conclusão de que havia necessidade de presença salesiana no nosso país.

Em 1883, a obra salesiana foi implantada no Brasil.

Nessa época, a classe dirigente e as classes médias eram educadas nos colégios e seminários católicos ou evangélicos, sendo que a sociedade brasileira precisava de um projeto voltado para os jovens pobres e abandonados. Nesse sentido, os salesianos assumiram a educação dessa juventude com um projeto bem definido: Oratórios e Escolas de Artes e Ofícios, as quais logo se acrescentou o ensino agrícola.

É importante salientar que os colégios salesianos brasileiros eram muito rígidos. Assim surge a questão: Como explicar a contradição existente entre a proposta de Dom Bosco, que era o ensino baseado no amor, compreensão, com a realidade dos colégios salesianos, muito rígidos?

Segundo o artigo "Dom Bosco e a Educação Brasileira", do Pe. Antônio S. Ferreira, os salesianos ao influenciar o sistema educacional brasileiro, vêm-se também influenciados por ele.

"Exemplo típico disso é a militarização dos colégios, que provocou freqüentes advertências dos Superiores de Turim, os quais temiam perdessem os colégios o estilo educativo de Dom Bosco". (FERREIRA, 1988:9)

Na década de 20, os ideais da Escola Nova vão encontrando concretização nas diversas reformas de ensino efetuadas nos estados e no Distrito Federal.

Em contraposição a este movimento, no Rio de Janeiro, a fundação do centro Dom Vital congregou um núcleo de intelectuais católicos na defesa dos ideais religiosos. A grande luta destes intelectuais, no campo da educação foi por uma visão religiosa da educação nas escolas do estado.

Houve um grande debate entre os Educadores Católicos e os Pioneiros da Escola Nova, que culminou na ruptura entre os dois grupos, na V Conferência Nacional de Educação, em 1932.

Enquanto isso, a proposta dos salesianos para que houvesse um currículo unificado para todas as Escolas de Comércio do país, havia sido aprovada pelo Governo Federal, sendo que foram incluídas na legislação federal, com pequenas modificações, o currículo e as sugestões organizativas apresentadas pelos religiosos.

Segundo o padre Antônio A. Ferreira, Dom Bosco não havia sido contrário aos princípios da Escola Nova, pois era

“um educador moderno, realizador também ele da pedagogia de artistas que caracteriza a Escola Nova”.(FERREIRA, 1988:09)

Todavia, ele era acima de tudo um cristão, e um dos principais pontos da luta dos educadores liberais era exatamente o ensino leigo.

3.4 - O Liceu Salesiano na Década de 30

Não foi possível resgatar o cotidiano do Liceu no que se refere as aulas, como elas eram ministradas. Mas através da Publicação “Juventude” do ano de 1933 e do “Anuário 1897 - 1937”, foi possível resgatar alguns aspectos do cotidiano do Liceu.

“**Juventude**”, era um órgão dos alunos do Liceu, sendo que tinha uma edição a cada mês.

Esta publicação, tinha o nome de “**Estímulo**”, mas foi reformulada em 1933, e passou a chamar-se “**Juventude**”. Segundo os dizeres do editores da 1ª edição de 1933,

“Juventude é a nossa revista, é o nosso grito de guerra, para animar nossos meninos e rapazes, para levar aos pais, às saudosas famílias, as notícias dos entes queridos que este Liceu abriga, levar aos progenitores o resultado dos esforços dos filhos os frutos da educação carinhosa de Dom Bosco”. (p.1)

Cada edição continha os seguintes tópicos:

Editorial
Quadro de Homenagens
Cronologia das Festas Religiosas⁸
Notícias do Colégio
Poema Religioso
Crônica do mês⁹
Variedades
Seção Desportiva
Aniversários
Quadro de Honra - Classificação nas aulas e Atestados de Procedimento.
Humor
Propagandas.

A revista Correio Popular de 29/11/98, resgatou alguns aspectos do cotidiano dos internatos católicos de Campinas, através da matéria : "Memórias do Internato". Nessa matéria encontramos o testemunho do contador aposentado Aldo Suriani, 74 anos sobre a rotina do Liceu Salesiano nos anos de 1934 à 1937, período em que foi aluno desta escola.

O Sr. Aldo colocou que

⁸ Estas festas eram quase sempre realizadas em período de feriados como Semana Santa e outros. Elas eram divididas em três partes que compreendia: uma parte religiosa (procissões, missas, Primeira Comunhão, etc), uma parte recreativa (com diversos jogos, ginástica, etc) e a parte cultural (realizada no salão do teatro, com abertura pela orquestra, seguido de teatro e apresentações dos alunos, ou então projeções de filmes, etc).

⁹ Acontecimentos mais importantes.

“... o dia começava cedo e em silêncio e acabava da mesma forma.

*‘Às 6h30 da manhã assistíamos à missa e em seguida íamos para o refeitório tomar o café. Tudo isso sem abrir a boca, em silêncio absoluto’.
(...) os alunos eram divididos em menores, médios e maiores e ficavam completamente separados, para que não sofressem más influências da idade.*

Os menores, por exemplo, turma da qual o Sr. Aldo fazia parte, sabia que alguns ‘maiores’ fumavam escondido no banheiro. Mas isso era completamente confidencial. Mesmo porque se algum dos pequenos resolvesse denunciar os mais velhos, certamente não ‘sobreviveriam’ às represálias.

‘Os padres sabiam muito bem quem aprontava. Os que apresentavam mau comportamento eram convidados a se retirar’.

(...) Dessa forma, a rotina seguia entre aulas teóricas, missas, cursos de música, ensaios da fanfarra e treinos esportivos. O esporte, aliás, era muito valorizado em internatos masculinos. O contador lembra que a escola era famosa pelo time de basquete, modalidade em que até hoje é bem forte nos jogos intercolégiais. (CORREIO POPULAR, 1998: 11)

Segundo Ana Maria Melo Negrão¹⁰

¹⁰ Ana Maria Melo Negrão, funcionária do Liceu há 15 anos, é a atual assessora jurídico-pedagógica da escola. Após dois anos de pesquisa, escreveu o livro “Arcadas do Tempo - Liceu tece 100 anos de história

'Os padres incentivavam muito as atividades físicas porque era uma forma boa dos meninos extravasarem as tensões'. (...) Os alunos ficavam o tempo inteiro ocupados. Para os padres, a ociosidade era nefasta à educação'. (Idem, ibidem)

3.5 - Diretores do Liceu

Foram três os diretores do Liceu no período compreendido pelo trabalho.

O Revdmo. Snr. Pe. Francisco Chavier Lana, (1928-1932), 8º diretor, foi retratado no Anuário como "mineiro, mas paulista de coração". Ele esteve à frente do Liceu num período muito conturbado:

"Colhido de meio a meio pela crise formidável que invadiu o Estado de São Paulo, crise mundial - crise de café - crise de várias revoluções - crises moraes e nacionalistas de varios feitios e de varias especies, elle se viu assoberbado pela diminuição de alumnos e portanto pela falta de meios, com o que não se podia movimentar à vontade., como nos seus primeiros annos de directorado. Não obstante, com mão firme ao leme poudes dar conta do recado com bastante brilho, deixando no Liceu vincos indelleveis de sua passagem". (ANUÁRIO,1937:41).

Durante a sua gestão, as festas eram organizadas em três momentos: religioso, desportivo e recreativo. Segundo Ana Maria Melo Negrão (1997),

"os alunos se empolgavam tanto com as celebrações litúrgicas, as festas cívicas, os campeonatos, as músicas e as encenações que, chegadas as férias, preferiam ficar no colégio a voltar para casa". (NEGRÃO, 1997: 91)

Para os alunos internos, as quintas-feiras eram especiais, pois eles iam ao centro da cidade e em grupo caminhavam pelas ruas, visitando um jornal, um monumento ou uma igreja, sendo que depois retornavam ao Liceu de bonde.

É importante colocar que o Padre Lana criou o curso ginásial no Liceu em 1931, visando com isto aumentar o número de alunos no Liceu, pois devidos a Revolução de 1930, da crise cafeeira e sobretudo pelo incentivo a luta pela ampliação de escolas públicas, gratuitas e de ensino obrigatório, houve uma diminuição do número de alunos no colégio. Todavia, a iniciativa do diretor foi muito bem planejada, já que logo se matricularam 34 novos alunos.

O 9º diretor foi o Revdmo. Snr. Pe. Emílio Philippini (1933-1935). Segundo o Anuário,

“o seu trabalho não desmereceu a confiança que nelle depositáram os seus superiores e ponde deixar a sua administração com uma regular frequencia de alunnos e com remodelações elegantes, que lhe valeram o nome de Diretor estheta”. (ANUÁRIO, 1937:41)

O 10º diretor, foi o Padre Emílio Miotti (1936-1941).

“Alegre, brincalhão, de físico vigoroso, marcou suas gestões com grandes projetos e realizações. (...)Sociável, programava festas, passeios, torneios esportivos, encontros de ex-alunos, banquetes, pomposas formaturas e recepção a visitas ilustres”. (NEGRÃO, 1997:99)

O Padre Emílio Miotti, ao chegar ao Liceu, encontrou marcas do tempo de crise, mas conseguiu fazer com que o colégio tivesse uma nova vida, promovendo congressos, torneios esportivos, excursões e

“aperfeiçoando o estudo e as dependências físicas”. (NEGRÃO, 1997:101)

Foi na sua gestão que o Liceu recebeu um conceito de “EXELLENTE”, da Divisão de Ensino Secundário Federal, sendo que tal reconhecimento foi celebrado com uma grande festa.

Foi também durante o período em que o Padre Miotti foi diretor, que foi celebrado o Jubileu de Rubi do Liceu, também com grande festa que envolveu a escola e a cidade de Campinas.

3.6 - A chegada das meninas

É importante destacar que durante a gestão do Pe. Miotti foi criado um oratório feminino que foi instalado num terreno fronteiriço ao Liceu, sendo dirigido pelas irmãs de Jesus Crucificado. Todavia,

“...por prudência, eram raros os contatos com o pessoal do colégio, permitidos somente em celebrações especiais”. (NEGRÃO, 1997:102)

Ao contrário do que aconteceu no Culto à Ciência, que aceitou a matrícula de meninas no início do século, o Liceu Salesiano recebeu as meninas apenas em 1985, durante a gestão do Pe. Irineu Danelon ¹¹ (1983-1986).

¹¹ 23º Diretor do Liceu.

Segundo NEGRÃO (1997), Pe. Irineu Danelon era

“alegre e risonho, despertava nos jovens o espírito de serviço a Deus e à igreja. Para evangelizar, utilizava-se da música, passeios, retiros, aulas, encontros, excursões, festas. Amava os jovens e fazia-se amar. Sempre ouviu o clamor dos pobres e acolheu-os”. (p.164)

Foi possível perceber que o Pe. Irineu era um tanto ousado, sendo que durante a sua gestão, aconteceram muitas coisas no Liceu, como retiros, encontros vocacionais e vigílias, além de permitir que os alunos fizessem baile no colégio um ou outro sábado. No entanto,

“à meia-noite, Pe. Irineu encerrava o baile, com todos de mãos dadas, cantando a Oração de São Francisco”. (p.167)

A chegada das meninas no colégio foi um acontecimento, porém não há explicação do motivo que levou a direção do colégio a tomar tal atitude. O que está registrado é apenas a reação dos meninos:

“a princípio, o olhar ressabiado dos meninos, a preocupação com o jeito de se dirigirem a elas. Depois, naturalmente, o entrosamento aconteceu e o coleguismo se instalou”.(NEGRÃO, 1997:167)

ALGUMAS CONCLUSÕES

Durante a realização deste trabalho, foi possível perceber que existe uma dificuldade muito grande em estar levantando documentos de um período histórico delimitado (1930-1937). Mais complicado ainda quando são documentos relativos à educação.

Faz-se necessário esclarecer que na Biblioteca da escola "Culto à Ciência", existe um material muito interessante e que abrange o período estudado, todavia esse material (prontuário de alunos e professores, provas, processos, etc.) não dão conta do cotidiano da escola, nem de como eram ministradas as aulas e também não foi encontrada nenhuma referência quanto a posição da escola e dos professores quanto ao movimento escolanovista.

O que foi possível verificar, é que o "Culto à Ciência" foi a primeira escola inteiramente leiga tanto de Campinas, como de todo o Império, sendo o ideal de seus fundadores maçons e liberais uma

"instrução para todos, gratuita, obrigatória e exclusivamente leiga". (AFFONSO PINTO, 1986)

lembrando que estes eram alguns dos princípios defendidos pelos educadores liberais no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, de 1932.

Um outro fator de extrema importância é que o Culto à Ciência permitiu a matrícula de meninas no ano de 1909.

Apesar de não ser claro o motivo que levou a direção da escola a tomar tal atitude, pode-se perceber que eles decidiram pelo caminho da co-educação no início do movimento escolanovista no Brasil, que é assinalado por NAGLE (1974) como fase preparatória, ou seja, muito antes do movimento chegar ao seu ápice com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932.

Quando os renovadores levantaram a bandeira da co-educação, já que entendiam que a educação era para todos, devendo as mulheres ter as mesmas oportunidades educativas que os homens, o Colégio Culto à Ciência já tinha pessoas do sexo feminino no seu corpo discente desde 1909.

Em relação ao Liceu Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora, não se tem registro de como as aulas eram ministradas. Como o Liceu, é uma instituição salesiana, tem o seu ensino baseado na obra de Dom Bosco, sendo que, para ele, a verdadeira educação era aquela construída na

“vivência de fé - esperança - caridade”. (NEGRÃO, 1997:39)

Dessa forma, é possível pensar que havia uma certa diferença entre os Colégios Salesianos e outros colégios tradicionais, extremamente rígidos. Entretanto é importante ressaltar que segundo Pe. Antônio S. Ferreira, os salesianos ao mesmo tempo em que influenciaram o sistema educacional do Brasil, se viram por ele também influenciados, já que houve uma certa militarização dos colégios. Isso pode ser verificado no testemunho do Sr. Aldo Suriani, estudante do Liceu entre 1934 a 1937, quando ele diz que

“o dia começava cedo e em silêncio e acabava da mesma forma”. (REVISTA CORREIO POPULAR, 1998: 10)

Outro ponto extremamente importante a ser levantado, é que o Pe. Lasagna, que trouxe a obra salesiana para o Brasil, era totalmente contrário ao laicismo. Para ele o ensino religioso era uma bandeira de luta. Segundo NEGRÃO (1997),

“Padre Lasagna, homem de ânimo forte, jamais se deixou intimidar no Uruguai pelos ataques dos maçons e dos partidários do laicismo” (NEGRÃO, 1997:41).

A partir disso é possível levantar a hipótese de que essa visão do Pe. Lasagna pode ter sido passada para os salesianos que deram continuidade à obra de Dom Bosco no Brasil.

É importante ressaltar que foi possível encontrar um material de certa forma abrangente e organizado no que diz respeito ao cotidiano do Liceu no período estudado. Nesse sentido, foi possível resgatar que a vida do colégio não era nem um pouco monótona, tamanho o registro de festas e acontecimentos mencionados no Anuário (1897-1937), e na Revista Juventude (1933). No entanto, foi possível perceber que as celebrações religiosas tinham prioridade sobre as outras. Além disso, havia um controle muito grande das atividades realizadas no colégio, sendo que os filmes eram passados por uma censura antes de serem exibidos para os alunos, para verificar se eles não iriam ferir os princípios defendidos pelos salesianos.

Em relação à co-educação, fica muito evidente a posição do Liceu. No período trabalhado, estudavam no colégio somente homens, sendo que quando foi criado o oratório feminino, que funcionava em frente ao Liceu, havia uma vigilância para que não houvesse contato dos alunos de ambas as instituições, permitidas somente em celebrações especiais.

Um dado extremamente interessante é que a matrícula de meninas só foi aceita no Liceu no ano de 1985, enquanto que no Culto à Ciência isso ocorreu em 1909, início do século.

No entanto, também não foi encontrado uma explicação de porque tal atitude foi tomada em 1985.

Conforme o que foi colocado até o momento, fica evidente que não foi possível verificar se houve um conflito de idéias entre os educadores católicos e liberais na cidade de Campinas, senão apenas *nuances* desse conflito, ficando assim algumas questões:

Tinham os professores do Colégio Culto à Ciência conhecimento do movimento escolanovista? Tinham consciência da importância de tal movimento?

Os professores do Liceu Salesiano tinham consciência da luta ideológica entre os educadores católicos e liberais?

BIBLIOGRAFIA

- **Anuário** 1897 - 1937 - Liceu Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora. Campinas, Linotypia da Casa Genoud, 1938.
- AFFONSO PINTO, Maria Nívea. **Culto à Ciência - Cento e treze anos a serviço da cultura**. Campinas, 1986.
- BATTISTONI FILHO, Duílio. **Campinas, uma visão histórica**. Pontes, Campinas, 1996.
- BRITO, Henrique Ribeiro de. **Dom Luis Lasagna, um pioneiro**. Obras Profissionais, Niterói, 1995.
- CHIARELI, Lindamir Cardoso, 1994. **História da Educação de Piracicaba: a Construção do Objeto de Pesquisa**. REVISTA DE PESQUISA E REFLEXÃO DA UNIMEP, V. 4, Piracicaba. No. 16, p.119.

- **Memórias do Internato.** In REVISTA CORREIO POPULAR, 29/11/98, Campinas, SP.

- CURY, Carlos R. Jamil. ***Ideologia e Educação Brasileira: Católicos e Liberais.*** Cortez & Autores Associados, 2. ed., São Paulo, 1984. 201 p.

- FERREIRA, Antônio. ***Dom Bosco e a Educação Brasileira***, in BOLETIM SALESIANO. N.º 4, 1988.

- **Juventude - 1933** (Ano I)
Publicação Mensal - Orgão dos Alunos do Liceu Nossa Senhora Auxiliadora.

- LOPES, Eliane Marta Teixeira. ***Perspectivas Históricas da Educação.*** Editora Ática, 2. ed., São Paulo, 1989. 80 p.

- MORAES, Carmen Sylvia Vidigal, 1985. ***O Ideário Republicano e a Educação: o Ensino em Campinas no Final do Século XIX.*** REVISTA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA USP. V. 11, São Paulo, No. 1/2, p. 101.

- **MONOGRAFIA HISTÓRICA DE CAMPINAS.** IBGE, Rio de Janeiro, 1952.

- NAGLE, Jorge. ***Educação e Sociedade na Primeira República***. EPU/MEC, São Paulo, 1974.

- NEGRÃO, Ana Maria Melo. ***Arcadas do Tempo - O Liceu tece 100 anos de história***. DBA Artes Gráficas, São Paulo, 1997.

- PAIVA, Vanilda (org). ***Catolicismo, Educação e Ciência***. Ed. Layda, 1991.

- PAULA, Carlos F. de. ***Culto à Ciência, Colégio, Ginásio e Colégio Estadual***. Monografia Histórica, Campinas, 1946.

- RIBEIRO, Maria Luisa S.. ***História da Educação Brasileira***. Cortez & Autores Associados, 9. ed., São Paulo, 1989. 180 p.

- ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. ***História da Educação no Brasil***. Editora Vozes, 12 ed., Petrópolis, 1990. 267 p.

- SAVIANI, Dermeval. ***Escola e Democracia***. Editora Cortez & Autores Associados, 12 ed., São Paulo, 1986.

- SOUZA, Rosa Fátima de. ***Classes Populares e Educação Popular na Primeira República - Problemas, Valores e Lutas***. Tese de Mestrado, UNICAMP, 1991.

- XAVIER, Maria Elizabete S. P.. ***Capitalismo e Escola no Brasil***. Editora Papyrus, Campinas, 1990. 182 p.